

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁSABRIL DE 1994
Nº 65

AEPET responde à Veja e restabelece a verdade



A Revista *Veja* publicou, na edição de 30-3-94, matéria na qual alinhou uma série de ataques à PETROBRÁS e à AEPET. A PETROBRÁS prontamente preparou uma resposta, a qual a revista VEJA se recusou a publicar, mesmo como matéria paga. A diretoria da AEPET encaminhou à redação da revista uma carta estabelecendo a verdade a respeito dos ataques à entidade, publicados de maneira tão irresponsável. A redação da VEJA recusou-se a publicar a carta. Em vista desses fatos, a Diretoria da AEPET decidiu garantir na Justiça o direito de resposta.

A revista Veja mente (Distorce, falseia e calunia)

Na edição de 30/03/94 a VEJA publicou uma reportagem sobre a PETROBRÁS em dez páginas coloridas.

Reuniu todos os preconceitos e desinformações construídos pelos agentes do "lobby" internacional, montado para destruir o patrimônio do País (PETROBRÁS, ELETROBRÁS, VALE DO RIO DOCE, TELEBRÁS, EMBRATEL e MINERAIS ESTRATÉGICOS (sub-solo), etc.).

"Em termos de produção de petróleo e gás por empregado, a PETROBRÁS está no fim da fila."

Mentira. A produção de petróleo por empregado da PETROBRÁS é compatível e em muitos casos até superior às das grandes companhias internacionais atuando em condições semelhantes. Lembremos que esse índice não significa nada porque a produção de petróleo depende (1) da produtividade que a natureza conferiu aos poços produtores, definida pelas propriedades da rocha e do petróleo, (2) do estágio de produção de cada campo, se novo ou velho, (3) do maior ou menor grau de terceirização dos serviços. A revista especializada *Petroleum Intelligence Weekly* (PIW), uma das publicações mais respeitadas do mundo, na sua edição de 13 de dezembro de 1993, situa a PETROBRÁS como a 15ª empresa de petróleo do mundo e atesta ser ela a que mais cresce em nível internacional desde 1987. É melhor uma avaliação pelos critérios internacionais e imparciais da PIW, que pondera todos os indicadores de uma companhia de petróleo, do que os critérios adotados pela revista VEJA. Pelos critérios absurdos da VEJA o Japão, a Alemanha, a França e a Itália são totalmente ineficientes.

"Em faturamento anual por empregado, em 1992, a PETROBRÁS ficou em antepenúltimo lugar, bem abaixo da Petrogal."

Distorção. A lista da VEJA reúne companhias das mais diversas atividades o que não faz qualquer sentido. Basta ver que a Idemitsu Kosan, com pouca ou nenhuma produção de petróleo, aparece na lista com um faturamento de US\$ 3,13 milhões/empregado, enquanto a SHELL fatura US\$ 0,78 milhão/empregado e a BP, apenas US\$ 0,6 milhão/empregado. Se introduzida nesta estranha lista, a PETROBRÁS Distribuidora — BR, que no Brasil compete com as distribuidoras internacionais e fatura mais por empregado do que a SHELL, a Texaco e a Atlantic, ficaria em oitavo lugar, acima de todas as companhias americanas, inglesas, francesas, holandesas, italianas e espanholas mencionadas na lista. Em tempo: o faturamento da PETROBRÁS, cuja receita provém exclusivamente da venda de derivados, é relativamente baixo porque os preços recebidos são inferiores aos internacionais. Os segmentos industriais privados têm preços maiores que os internacionais: automóveis, eletrodomésticos, eletrônicos, câmeras, etc., são mais caros aqui do que lá fora.

"O custo médio do petróleo produzido no Brasil é de cerca de 13 dólares o barril, um dos mais altos do mundo."

Sofisma: os custos da PETROBRÁS estão em linha com os das companhias internacionais atuando em condições se-

melhantes às da PETROBRÁS. Por exemplo, o custo operacional da extração na Bacia de Campos é de US\$ 3,85 por barril, inferior ao do Mar do Norte Britânico, cuja média é de US\$ 4,17 por barril (de acordo com estudo da Wood Mackenzie & Co., realizado em setembro/92). As comparações com os custos do Oriente Médio, sabidamente os pólos privilegiados da produção de petróleo em nível mundial, são um artifício pernicioso dos críticos da PETROBRÁS.

"Salários: a média salarial dos empregados, de 2.000 dólares por mês é um luxo para o Brasil."

Mentira. A média dos salários mensais da PETROBRÁS não é de US\$ 2.000 por empregado e sim US\$ 1.500 por empregado. A esmagadora maioria dos empregados da PETROBRÁS é de técnicos especializados que trabalham em regimes especiais definidos em lei, tais como turnos ininterruptos de revezamento, sobreaviso, etc. Muitos deles ficam confinados e expostos ao tempo sob sol e chuva, nas refinarias, nas plataformas em alto mar e nos campos terrestres de petróleo, nos mais diversos pontos do País, inclusive na selva amazônica. Os salários ficam acrescidos de adicionais previstos em lei, não sendo pertinente a sua comparação com outros trabalhadores sujeitos a regimes de trabalho diferentes ou outros níveis de especialização. O sistema neoliberal achatou os salários produzindo a maior concentração de renda do mundo. Não são os petroleiros que ganham bem. São milhares de brasileiros que têm um salário lamentável. Os salários e vantagens dos empregados da PETROBRÁS atingem a cerca de 10% de seu faturamento. Nas distribuidoras os empregados ganham 16% desse faturamento. Nos EUA o ganho deles é de apenas 1,8%.

"A PETROBRÁS não paga imposto de renda."

A PETROBRÁS pela lei não paga imposto de renda sobre o petróleo que produz. Ela não comercializa o petróleo produzido, que se destina às suas refinarias para produção de derivados.

Estes são comercializados e submetidos a forte taxação. A PETROBRÁS paga 36% de impostos. Nos EUA as empresas pagam 21% conforme a revista *Fortune* de setembro/90. No Brasil a PETROBRÁS paga cerca de US\$ 4 bilhões de impostos por ano e movimenta 3% do PIB. O sistema financeiro representa 60% do PIB e paga apenas US\$ 3 bilhões/ano.

"A PETROBRÁS recolheu e não entregou ao Governo o imposto de importação de petróleo."

A PETROBRÁS sempre cumpre rigorosamente a lei. E, nos termos da lei, repassou à Secretaria do Tesouro Nacional cerca de US\$ 350 milhões em 1993, a título de

imposto de importação. Enquanto isto, a SHELL tem várias ações na Justiça sobre recolhimento de impostos.

"A PETROBRÁS paga, no Brasil, míseros 5% de royalties."

A PETROBRÁS cumpre a lei dos royalties estabelecida pelo Congresso Nacional. A revista VEJA menciona os royalties de diversos países, mas não informa que os royalties de petróleo estão sendo cobrados à alíquota zero na Noruega (nos contratos posteriores a 01/01/86) e no Reino Unido (nos contratos posteriores a 01/04/82) e que há países produtores que não cobram royalties, como Angola e Equador.

"Os dividendos recebidos pelo Governo Brasileiro correspondem a 0,7% do total das ações que possui da Empresa."

Os dividendos da PETROBRÁS são pagos de acordo com a lei. Conforme sabem os críticos da PETROBRÁS, os preços dos derivados são estabelecidos pelo Governo Federal e tiveram nos últimos anos uma defasagem média de US\$ 6 por barril. O acionista controlador preferiu preços baixos para os derivados a altos dividendos. Além disto, o Governo vem reduzindo a participação da PETROBRÁS e aumentando a das distribuidoras. De 08/12/93 a 24/02/94 as distribuidoras aumentaram sua participação em 228% contra 139% da PETROBRÁS. O baixo lucro deveu-se a uma política do Governo, acionista majoritário, e não a uma eventual ineficiência da PETROBRÁS.

"A PETROBRÁS, segundo a Cambridge Energy Research Associates, pode gerar entre 1 bilhão e 3 bilhões de dólares anuais, em impostos diretos de exploração."

A instituição americana Cambridge Energy Research Associates negou serem de sua autoria os dados e conclusões publicados pela imprensa e se mostrou preocupada com o uso indevido do seu nome.

"Até entre os defensores da PETROBRÁS há ceticismo sobre as quatro descobertas de petróleo recentemente anunciadas pela PETROBRÁS."

Há um ditado que diz: "O bom juiz por si julga." Esta é a primeira vez que se põe em dúvida a palavra do respeitável Departamento de Exploração da PETROBRÁS, com seus 1200 geólogos e geofísicos. O físico Cerqueira Leite, convidado pela PETROBRÁS, teve acesso a todos os dados do Departamento de Exploração e convenceu-se de que as quatro descobertas foram feitas no primeiro bimestre de 1994. Como pessoa de caráter, escreveu artigo restabelecendo a verdade. É assim que devem agir as pessoas bem intencionadas. **"A companhia gastou 80 bilhões de dólares (quase uma dívida externa)."**

A PETROBRÁS investiu US\$ 80 bilhões em: exploração e desenvolvimento dos campos de petróleo (são 270 campos terrestres e 109 campos no mar), refinarias (11 refinarias, com capacidade para refinar 1,5 milhão de barris por dia), 9.273 Km de dutos, 77 petroleiros, fábricas de asfalto, lubrificantes etc. Abasteceu o País de petróleo, criou uma infra-estrutura que vale mais US\$ 100 bilhões, deu um lucro de US\$ 26 bilhões e evitou dispêndio de divisas de US\$ 200 bilhões. E, o mais importante a PETROBRÁS tem colocado mais de 90% de suas compras no Brasil, gerando 1.500.000 empregos indiretos e incentivando o desenvolvimento nacional. Em tempo: praticamente todos os US\$ 80 bilhões provieram das atividades, sendo equivocada a afirmativa de que a PETROBRÁS receba aportes do Governo. **"A PETROBRÁS descobriu reservas de apenas 3,6 bilhões de petróleo e não alcançou auto-suficiência."**

As reservas brasileiras, fornecidas por escrito à revista VEJA antes da divulgação da matéria, são as seguintes, quando referidas a 31/12/93:

Reservas	Total (bilhões de barris de óleo equivalente)
Provasdas	4,66
Prováveis	1,53
Possíveis	0,74
Não-definidas (*)	1,90
Total	8,83

(*) Reservas, no mar, sob lâminas-d'água maiores que 1200m.

Esse total será naturalmente acrescido de cerca de 1 bilhão de barris, correspondente as quatro descobertas já efetuadas em 1994. Os EUA investem mais do que a PETROBRÁS e suas reservas vêm caindo. O Japão, a Alemanha, a França não têm petróleo. São eles ineficientes?

"A PETROBRÁS tem ocultado da sociedade sua capacidade financeira, tem 270 projetos parados e explora apenas 8 das 30 bacias sedimentares."

Não é verdade que haja projetos parados por falta de recursos. Todo Brasil pôde acompanhar o recebimento pela PETROBRÁS, no dia 01 de março, da gigantesca plataforma PETROBRÁS XVIII, a segunda a ser instalada em Marlim. A segunda plataforma de Albacora encontra-se em fase final de contratação. Está em plena fase de licitação a contratação do sistema de produção de Barracuda. O poliduto entre São Paulo e Brasília já teve sua construção iniciada, com recursos perfeitamente alocados. Por outro lado, todas as bacias sedimentares brasileiras têm projetos em andamento, com concentração de atividades nos prospectos com maior probabilidade de êxito. O contínuo aumento das reservas brasileiras mostra o acerto da estratégia da PETROBRÁS. Os projetos só pararam temporariamente quando o Ministro FHC determinou um corte absurdo de 52% no orçamento da Empresa. Isto foi superado.

"A BRASPETRO enterrou para sempre 50 milhões de dólares num poço no Iraque."

A BRASPETRO é uma companhia internacional de petróleo e, nessa condição participa de exploração de petróleo e da atividade de prestação de serviços em diversos países, como EUA, Inglaterra e Angola. Quanto ao Iraque, a informação

da revista não tem qualquer sentido, pois nesse país a BRASPETRO descobriu os campos gigantes de Majnoon e Nahr Umr, o que lhe proporcionou um lucro superior a US\$ 300 milhões.

"O lobby da PETROBRÁS torrará mais de US\$ 21 milhões."

A campanha publicitária da PETROBRÁS visa, de um lado, à PETROBRÁS Distribuidora — BR, que detém quase 40% do mercado de distribuição de derivados, competindo com empresas internacionais. De outro lado é a campanha institucional, para sustentar a imagem da PETROBRÁS, submetida a uma campanha de desinformação que tem a finalidade de confundir os parlamentares da Revisão Constitucional. A deterioração da imagem traz, como consequência, taxas de juros mais elevadas nas transações internacionais, prazos menores nos financiamentos, preços de equipamentos e de serviços mais elevados e fuga de parceiros acarretando vultosos prejuízos para a PETROBRÁS.

"PETROBRÁS não conta ao público que cobra dos contribuintes provavelmente o frete mais caro do mundo."

Mentira. Os fretes da Fronape são compatíveis com os do mercado internacional. São ligeiramente superiores em decorrência da legislação trabalhista brasileira que exige tripulação maior. Não é considerado estratégico pelo País desfazer-se de uma frota própria, dada a possibilidade de crises cíclicas de preços ou decorrentes de conflitos. 70% dos navios da FRONAPE foram construídos nos estaleiros brasileiros e utilizam tripulações totalmente brasileiras.

"Houve dois episódios em que a Empresa foi bicada por negócios desonestos."

As tentativas mencionadas pela revista foram mal-sucedidas. Foram tentativas de fora para dentro, expelidas de dentro para fora da PETROBRÁS. O Sr. Albérico foi expelido em pouco tempo. O esquema PP idem. Apesar do ex-presidente Collor mudar seis presidentes tentando destruí-la, a PETROBRÁS resistiu.

"A PETROS recebeu ilegalmente US\$ 193 milhões entre 1991 e 1992 e proporciona aposentadoria integral aos empregados da PETROBRÁS."

Mentira. Todos os repasses à PETROS são feitos rigorosamente de acordo com a lei. A PETROS suplementa a aposentadoria da Previdência Social até 70% da remuneração do empregado, que, para isso, contribui mensalmente com uma parcela de seu salário, calculada atuarialmente, antes e depois de aposentado. A contribuição da PETROBRÁS é menor que a média das contribuições das empresas privadas (IBM, GM, etc.).

"A PETROBRÁS faz camuflagem na propaganda e nessa campanha divulga depoimentos de pessoas conhecidas."

Mentira. A PETROBRÁS divulga suas atividades estatísticas com fatos e dados, que podem ser facilmente comprovadas ao contrário dos dados da revista VEJA. Consciente de suas responsabilidades, a PETROBRÁS jamais se permitiria a utilização de pessoas respeitáveis, como Barbosa Lima Sobrinho, e outros ilustres brasileiros, para veicular informações que não fossem verdadeiras.

"Entre ex-empregados da PETROBRÁS há várias vítimas da

AEPET. O engenheiro Antonio Maciel... sua foto foi parar num cartaz em todos os andares com a tarja "Procura-se"

Mentira. A AEPET negou isto ao repórter da VEJA pois não é e nunca foi sua postura usar este tipo de ação.

"Benedicto Moreira foi uma das vítimas do denunciismo..."

... "Cansaram de dizer que eu pertencia ao sistema Collor e que eu era paumandado do FMI, conta Moreira."

Mentira. O que a AEPET denunciou, após sua saída, foi o fato do então presidente da PETROBRÁS, juntamente com o ministro Pratini, ser membro do Conselho de Administração da PETROPAR, a qual adquiriu em plena gestão de ambos, a participação acionária da PETROQUISA na PPH, usando moedas podres. Essas ações foram depois vendidas, em dinheiro vivo, à Odebrecht que assumiu assim o controle da COPESUL, oligopolizando o Setor Petroquímico.

CONCLUSÃO

No afã de satisfazer as pressões do sistema financeiro internacional, os meios de comunicação brasileiros têm extrapolado os limites da ética e da decência. Os dados de eficiência da PETROBRÁS publicados pela VEJA e "Estadão" foram atribuídos à Cambridge Energy Research Associates e, como já dito anteriormente, essa Instituição negou que os dados e conclusões tenham partido de sua autoria.

O que está faltando no País é uma campanha pela ÉTICA na mídia que é, hoje, dominada por um oligopólio de 9 famílias que usam uma concessão pública para obter ganhos particulares.

É pernicioso uma matéria relativa à maior empresa brasileira, que gasta dez páginas para denegrir uma imagem reconhecida e admirada no mundo inteiro e não dedica uma frase sequer para reconhecer os méritos dessa empresa.

Essa matéria está pronta desde 31/01/94 (dia da transmissão de cargo de presidente da AEPET, no qual foi feita a foto de Diomedes e F. Siqueira — pág. 77). De janeiro a março a VEJA entrevistou e reentrevistou diretores e Superintendentes da PETROBRÁS e a própria AEPET. Certamente, nenhuma daquelas pessoas falou contra a PETROBRÁS por conhecê-la muito bem. Conclui-se que foi uma matéria manipulada especialmente para a semana decisiva da Revisão Constitucional.

A PETROBRÁS elaborou um conjunto de contestações, ponto por ponto, à revista VEJA. Esta se recusou a publicar a resposta mesmo como matéria paga.

A Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS — AEPET está entrando na Justiça para contestar todas as afirmações falsas e impedir que a ditadura do oligopólio dos meios de comunicação impeça à opinião pública o acesso aos fatos e verdades.

Lamentavelmente, muitas das inverdades publicadas pela FIESP e pela VEJA foram aproveitadas pelo Relator da Revisão Constitucional que as incorporou ao seu parecer na questão do Monopólio Estatal do Petróleo.

É preciso que o Congresso repudie este tipo de ação pernicioso.

Esta campanha é parte daquela que visou a desmoralização do Congresso Nacional.

Diretoria da AEPET

A revista semanal VEJA, na sua edição 1333, de 30 de março de 1994, investe contra a Petróleo Brasileiro S.A., PETROBRÁS, com uma reportagem panfletária, mal intencionada e dirigida à deformação da opinião pública. Nessa intenção, não hesita em denegrir instituições, ofender trabalhadores, falsear dados, mentir com palavras alheias, infamar e injuriar, tudo sob uma moldura pseudo-informativa, mas, na realidade, navegando nas águas do deboche e da falta de ética jornalística.

Sabemos das intenções que levaram a revista VEJA a lançar seus ataques à PETROBRÁS: o alvo é a Revisão Constitucional em andamento, onde as forças que representam as teses neoliberais jogam todos seus esforços, seus inesgotáveis recursos financeiros e seus aliados poderosos, no exterior e aqui instalados, num coral muito bem orquestrado, contra os que se opõem às suas teses e às suas intenções de destruição da presença estatal na economia. Os recursos envolvidos são inimagináveis, os métodos adotados são de quadrilha e as consequências de sua ação deletéria para o País, para milhares de pessoas, instituições e suas reputações não são medidas nem consideradas. É a política da "razzia"; o limite é a destruição moral, profissional e até física, em alguns casos, dos adversários dos novos senhores do mundo, assim auto-avaliados, em seu delírio de poder ilimitado.

Um dos alvos escolhidos pela reportagem citada foi a nossa entidade, a Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS — AEPET. Tal escolha não é fortuita e busca objetivo claro e definido: a AEPET tem se colocado na vanguarda da resistência aos planos de destruição da PETROBRÁS e sua entrega aos oligopólios internacionais. A força e a autoridade moral que a AEPET adquiriu ao longo dos mais de 30 anos de sua existência não foram gratuitas: foram fruto e consequência de uma ação permanente de defesa da PETROBRÁS, do Monopólio Estatal do Petróleo por ela executado em nome da União, e de seus associados, os técnicos do Sistema PETROBRÁS.

"Não sei, atenienses, que influência exerceram meus acusadores em vosso espírito; a mim próprio, quase me fizeram esquecer quem sou, tal a força de persuasão de sua eloquência. Verdade, porém, a bem dizer, não proferiram nenhuma."

Defesa de Sócrates, "Diálogos" de Platão.

Essa ação permanente pautou-se — sempre — nos limites da ética, da seriedade e do combate a qualquer clientelismo ou fisiologia na nossa relação com a Companhia. Sempre julgamos como vital à nossa credibilidade e à nossa autoridade para a crítica jamais aceitarmos acordos, ajudas ou ligações orgânicas com a PETROBRÁS. Jamais usamos a autoridade e a credibilidade adquirida pela nossa prática-ética e independente — a fim de obter favores ou facilidades, tanto para a Associação quanto para qualquer associado. Sempre que no passado algum desavisado julgou que poderia usar a AEPET para fins individuais, de abertura de oportunidades de ascensão profissional, de oportunismo carreirístico, encontrou não só as portas fechadas para seus desígnios mas também o permanente afastamento do nosso convívio.

Uma entidade assim representa um perigo, um impecilho inarredável, uma barreira intransponível para quem, como a VEJA e seus aliados, desejam um clima de permissividade, de "flexibilidade", de omissão com a corrupção e de desintegração das consciências, condições essenciais para que seus projetos inconfessáveis, mas tão explícitos nas suas ações, tenham curso vitorioso e frutifiquem em benefício da concentração da riqueza e do poder nas mãos de cada vez menos pessoas, grupos e oligarquias.

A reportagem, contra a qual nos insurgimos e pedimos da Justiça reparação contra os danos nela causados à nossa Entidade, é pródiga em expressões e afirmações cavilosas, falseamento de dados, frases injuriosas, declarações inexistentes ou deformadas por fragmentação de frases com palavras pinçadas de declarações inteiras, dadas com sentido oposto ao publica-

do. Até a classificação que a reportagem dá a nossa Associação, chamando-a de "Clube", mostra a má intenção em reduzi-la a um grupo de convescote, de petit-comitê, a uma reunião de pessoas preocupadas em ocupar seu tempo em lazer de fim de semana.

Uma Associação que congrega mais de 7.000 membros, conscientes e determinados na defesa do que julgamos melhor para o Brasil e para seu Povo, não se reúne para a frivolidade que os proprietários da revista VEJA talvez estejam acostumados, protegidos pelos privilégios que o poder econômico lhes garante.

Somos uma entidade brasileira, política e parte da sociedade civil organizada, e disso nos orgulhamos.

Somos profissionais assalariados, de classe média, servimos ao progresso tecnológico, econômico e político do Brasil e de seu Povo, e disso nos orgulhamos.

A AEPET não recebe subsídios do contribuinte para o papel de suas publicações, não se acha à mercê dos anunciantes que não temos e a nossa consciência não está a venda. e disso nos orgulhamos.

Na AEPET, entre nossos associados, temos aposentados — pessoas que tiveram sua saúde agredida por um trabalho em regiões inóspitas e insalubres, como na selva amazônica; temos anistiados e ex-exilados que tiveram seus empregos e por vezes sua liberdade atingidos e perdidos por defenderem seus ideais e uma visão de uma Nação mais justa e igualitária; temos jovens iniciantes na sua vida profissional, generosos defensores de um futuro melhor para si e para todos os brasileiros. Disso nos orgulhamos, e muito.

E eis que, de forma injusta, desones-

ta e empulhadora, a publicação em questão resolve lançar lama em nossa honra, em nossa credibilidade duramente conquistada, em nosso trabalho sério e cotidiano, infamando e injuriando, tentando reduzir-nos a meros defensores de privilégios, sinecuras ou interesses menores, de “pastos de engorda” para “mamutes lentos” (pág. 70). Ofensivamente, chama-nos de “tribbo” (pág. 71), como, aliás, o inconsciente colonizado dos redatores da matéria deve nos ver, a nós brasileiros.

Em seu quadro inserido na página 74, os ataques à AEPET atingem ao delírio persecutório: acusa-a, falsamente, de afixar cartazes contra um ex-presidente da entidade com a tarja de “procura-se”. Jamais a AEPET mandou executar tal propaganda, podendo esse fato ser facilmente comprovado nas ordens de serviço que extraímos para a gráfica que presta seus serviços à entidade. A expressão “passaram a me considerar um traidor”, atribuída a Maciel Neto, além de possuir sujeito indeterminado, necessita confirmação do suposto autor, que, além de ex-presidente da AEPET, foi posteriormente gerente graduado da PETROBRÁS, Secretário-adjunto de Economia do Governo

Collor de Mello e Secretário Executivo de Indústria e Comércio do atual Governo. Nessa trajetória, já afastado de nossa entidade, o engenheiro Maciel talvez tenha prejudicado diversos interesses de pessoas ou organizações que hoje se julgam traídas pelas suas ações. A AEPET, no entanto, não usa de métodos panfletários e afirma que a luta por causas e idéias está acima da luta contra pessoas.

A má-fé da revista prossegue ao acusar-nos de plantar notas falsas na imprensa sobre o afastamento do ex-chefe do Gabinete da PETROQUISA, Sr. José Pereira (como se a grande mídia, da qual a VEJA faz parte, agisse em cumplicidade com a AEPET). Cita “colunistas sociais” (sic), genericamente, como autores de notas em conluio com nossa entidade;

diz que a “corporação... nunca me perdoou”. A reportagem não nomeia a que corporação se refere, se à PETROQUISA, onde o Sr. Pereira trabalhou, ou a outra entidade qualquer. Mas, por fazer parte do “box” sobre a AEPET, fica subliminamente no ar que o alvo da aleivosia é a nossa entidade. Onde as provas de nossa ação? Onde os nomes? Onde, objetivamente, os fatos?

No mesmo espaço, a revista entra em choque frontal com a verdade quando cita a “história” do Sr. Arnin Lore, Diretor Financeiro da PETROBRÁS no período Collor de Mello. Diz a VEJA que esse senhor “passou a receber mensagens vindas da Associação comentando suas decisões e explicando as providências que os engenheiros queriam ver implantadas”. Desafiamos o Sr. Lore e a VEJA a mostrar publicamente os



documentos citados, contendo mensagens no teor sobre o qual foram tiradas tais ilações.

Mais ainda, o Sr. Lore não “deixou a empresa”, como a VEJA insinua falsamente. Ele nunca foi empregado permanente da PETROBRÁS, tendo sido nomeado diretor e afastado logo após o “impeachment”, por razões que desconhecemos, mas imaginamos.

Continua o delírio acusatório da reportagem ao transformar o ex-Presidente Benedicto Moreira em uma vítima de “denuncismo” da AEPET. A revista, aqui, atirou no que viu e acertou no que não viu, podendo, neste caso, retirar as aspas e mudar a palavra para denúncia. O Sr. Benedicto Moreira foi denunciado na Justiça, sim, como parte interes-

sada na compra com moedas podres da empresa PPH, do grupo PETROQUISA, pela empresa PETROPAR, do qual era membro do Conselho de Administração, juntamente com o Sr. Pratini de Moraes. Isto, quando o Sr. Moreira era Presidente da PETROBRÁS, controladora da PETROQUISA, e o Sr. Pratini de Moraes era Ministro de Minas e Energia, superior hierárquico do Sr. Moreira. Ambos, portanto, partes interessadas no negócio. Nenhum deles declarou-se moral, ética ou legalmente impedidos para autorizar tal “negócio”. Vale lembrar que, após a compra, a PPH foi “repassada”, por dinheiro vivo, para a empreiteira Odebrecht.

A denúncia de malversação do patrimônio público ou de tráfico de influências é, cabe lembrar, dever do cidadão que do delito tomar conhecimento; se não o fizer, incorre em crime de omissão e, até, obstrução de Justiça. A ação, legítima, e não o “denuncismo” está na Justiça, tendo a AEPET obtido ganho de causa no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Na página 79, a reportagem concede seus quatro últimos parágrafos (bastante longos, aliás), à AEPET. Chama-a de “polícia de costumes, no campo interno. Persegue quem discorda... e facilita a carreira de quem é dócil à sua táboa de valores”.

Tal acusação é grave demais para não exigir que seu autor a prove. Não basta insultar a AEPET, chamando-a de entidade de cunho policial-terrorista, perseguidora dos dissidentes, anti-democrática e inquisitorial, composta de 7.000 Torquemadas. O insulto e a calúnia agravam-se ao acusá-la fisiológica, desonesta e facilitadora de carreiras profissionais, obviamente, em detrimento e prejuízo de outras, talvez mais merecedoras de promoção. Lembremos, por precedente, que o último presidente da AEPET teve sua promoção impedida, embora sem explicitação, pela militância que tem em defesa de nossas teses.

Ambas acusações, a persecutória e a de facilitação de carreiras exigem provas. Quais os perseguidos? Quais os facilitados? De que forma? Em que órgãos? Em que atividades? Quando? Caso a VEJA não comprove suas acusações é nosso dever buscar Justiça. Seja punitiva ao caluniador, seja pelo concedimento do nosso direito de resposta, no mesmo órgão e no mesmo espaço. Caso contrário, terá ocorrido dano irreparável à imagem e à honra de uma entidade e de seus membros, cuja única preocupação é a defesa de seus pontos de vista, de forma aberta, honesta e democrática.

Não podemos admitir como suportável que a opinião pública seja envenenada contra a AEPET, ao ser pintada como uma entidade de perseguidores e aproveitadores. Não podemos admitir que as autoridades legítimas do nosso País sejam vítimas da intriga que insidiosamente é inoculada por insinuações como "a AEPET é mais informada dos números da PETROBRÁS do que a diretoria da empresa, o Departamento Nacional de Combustíveis, o Ministério da Fazenda ou o Presidente da República". Vai além, o veneno: "Pelas mãos de seus diretores costumam passar todos os planos, memorandos e projetos da companhia, assim que ficam prontos". Somente quem desconhece a escala das atividades da PETROBRÁS pode paternizar a autoria de semelhante sandice. O número desses documentos, extraídos do Amazonas ao Rio Grande do Sul, nos Estados Unidos, na Europa, na África e na Ásia deve ultrapassar, diariamente, centenas de milhares. A AEPET dispõe de um fax, uma linha telefônica, dois microcomputadores, uma impressora e um telex. Afirmar que a entidade tem acesso a milhares de informações diárias com tal estrutura não é ignorância: é má-fé, levandade, infâmia, calúnia, e uso malévolo da informação sem o direito do contestatário.

É esse sagrado direito, o da contestação, o da defesa contra acusações injustas, maldosas e infamantes que a AEPET busca na Justiça, em nome do Direito e da preservação da Verdade, mesmo contra os poderosos que julgam tudo poder e a todos enganar.

Ilmo. Sr. Diretor de Redação da Revista VEJA

Lemos, com tristeza e estarrecimento, a reportagem da Veja de 30/03/94, Edição 1333. Tristeza por vermos alguns órgãos da imprensa nacional sucumbirem às pressões dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros que querem dominar a economia e a soberania nacionais. Estarrecimento por vermos atropelados princípios e valores como a verdade, a ética e a credibilidade.

Em 10 páginas, a Veja não conseguiu publicar uma única frase que fizesse justiça à maior empresa da América Latina, uma das maiores do mundo, e que tem conquistado prêmios e reconhecimento na imprensa e em congressos internacionais. Este fato, por si só, demonstra a tendenciosidade dessa Revista. O número de inverdades, sofismas e distorções é tal que, para desmentir, seriam necessárias, pelo menos, outras 10 páginas. Quanto à falta de ética, o fato mais indicativo é o de citar a Cambridge Energy Research Associates como autora de estudo sobre a "ineficiência" da PETROBRÁS. A referida entidade, consultada pela PETROBRÁS, nega a autoria do estudo e se mostra preocupada com o uso indevido do seu nome. No tocante à credibilidade, ficamos sem saber em quem acreditar, pois se nos assuntos que conhecemos, há 10 páginas de inverdades, como acreditarmos nas reportagens sobre fatos que não dominamos? Será que seremos obrigados a buscar informações em revistas estrangeiras? Seríamos injustos com diversos órgãos nacionais. Lembramos que a PIW e a Oil & Gas Journal tratam os assuntos de petróleo com muito mais seriedade do que o fez a VEJA. Por oportuno, informamos que estamos preparando ação judicial contra as falsas acusações feitas à AEPET.

*Atenciosamente,
Fernando Siqueira
Presidente da AEPET*

EXPEDIENTE

Fernando Leite Siqueira

Presidente
DEPRO-CODEN - sala 1729
Corr. Eletr. Chave: Q029 CPD: RJ00
Tel.: trab. 534-1329 - Fax: 534-3754

Julio Diniz Bastos Pinto

Diretor de Patrimônio
PETROQUISA-GEFIN - sala 410
Tel.: trab. 296-5131 R. 243 - Fax: 263-4294

Argemiro Pertence Neto

Diretor de Comunicações
SERMAT-DICOI/SECAB - sala 662
Corr. Eletr. Chave: SMU1 CRD: RJ00
Tel.: trab. 534-1729 - Fax: 534-3836

Carlos Augusto Dauzacker Brandão

Diretor de Pessoal
Av. Rui Barbosa, 636/1004 - CEP: 22250-020
Corr. eletr.
Tel.: trab. - Fax:

Sydney Granja Affonso

Diretor Cultural
SERINF-SUPER - sala 1653
Corr. Eletr. Chave: A272 CPD: RJ01
Tel.: trab. 534-3503 - Fax: 220-2686

Guilherme Vaz do Couto

Membro do Conselho Fiscal
PETROFERTIL-GEPLAN - sala 1415
Corr. Eletr.
Tel.: trab. 217-5372 - Fax: 240-4523

Wagner Granja Viter

Membro do Conselho Fiscal
SEGEN-EMPAB - sala 9º andar
Corr. Eletr. Chave: SG02 CPD: C57001
Tel.: trab. 566-5684 - Fax: 566-5634

Frederico Augusto Varejão Marinho

Membro do Conselho Fiscal
DEPEX-DIGIEF - sala 955
Corr. Eletr. Chave: S134 CPD: RJ00
Tel.: trab. 534-3749 - Fax: 534-2723

Ricardo Moura de A. Maranhão

Vice-Presidente
SEGEN-DIAGE - sala 7º andar
Corr. Eletr. Chave: SGLJ CPD: 57001
Tel.: trab. 566-5429/5993 - Fax: 566-5993

Nelson Camanho da Costa Filho

Vice-Diretor Patrimônio
DECOM-SUPER-SEDEP - sala 1882
Corr. Eletr. Chave: DC86 CPD: RJ01
Tel.: trab. 534-3239 - Fax: 262-2664

Hildebrando José Campos Gonsales

Vice-Diretor de Comunicações
PETROQUISA-GDVL - sala 910
Corr. Eletr.
Tel.: trab. 296-5131 r. 201 (263-4244) - Fax: 263-4294

Sydney Reis Santos

Vice-Diretor de Pessoal
SERINF-PESOP - sala 1604
Corr. Eletr. Chave: A314 CPD: RJ01
Tel.: trab. 534-2757/3901 - Fax: 534-3895/220-2686

José Conrado de Souza

Vice-Diretor Cultural
DECOM-DISUP-SEPROC - sala 1973
Corr. Eletr. Chave: DXD2 CPD: RJ01
Tel.: trab. 534-1152 - Fax: 534-3607

Márcia de Mendonça Sobral

Membro do Conselho Fiscal
SERINF-SECONF - sala
Corr. Eletr. Chave: SI77 CPD: RJ01
Tel.: trab. 534-1446 - Fax: 534-2048

José Claudio Guimarães Telxela

Membro do Conselho Fiscal
CENPES-SUPER-DIPROC-SEMEC - S/011-A
Corr. Eletr. Chave: ECFW CPD: RJ00
Tel.: trab. 598-6511 Fax: 598-6790

Norberto dos Anjos Silva Filho

Membro do Conselho Fiscal
SERMAT-DIMPRE-SEDAD - sala:
Corr. Eletr. Chave: SM36 CPD: RJ00
Tel.: trab. 534-2616 - Fax: 534-3834